



ACÓRDÃO Nº335/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12257/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins - SAAE
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Fermiliano de Souza Tavares (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8449/2022-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins - SAAE. Exercício de 2021.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do **Serviço de Água e Esgoto do Município de Parintins/AM**, exercício financeiro de 2021, sob a responsabilidade do **Sr. Fermiliano de Souza Tavares**, nos termos do art. 71, II, e do art. 75 da Constituição Federal, c/c o art. 1º, II, e com o art. 22, III, “b” e “c” da Lei Estadual nº 2423/96, c/c o art. 11, III, “a”, 3, e com o art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Fermiliano de Souza Tavares** no valor de **R\$ 13.654,39**, (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com fulcro no art. 1º, XI, XII e XXVI, no art. 52 e no art. 54, V e VI, da Lei Estadual n. 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, V e VI, da Resolução n. 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), em razão do conjunto de impropriedades identificadas e **não sanadas** de responsabilidade do gestor, descritas no **Relatório**



ACÓRDÃO Nº335/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Conclusivo de n. 312/2022 da DICAMI, (fls. 371/406), a saber: **as Restrições n. 01, n. 02, n. 07, n. 08, n. 09, n. 11, n. 12, n. 13, n. 14 e n. 15**, sendo os dispositivos violados os seguintes: arts. 31; 70; e 74 da Constituição Federal, bem como os arts. 39 e 45 da Constituição do Estado do Amazonas, além do art. 76, da Lei nº 4.320/64; art. 59, da LC 101/2000; arts. 43 a 47, da Lei nº 2.423/96 e Resolução TCE nº 09/2016; art. 67, caput, e seu § 1o, da Lei 8.666/93; arts. 94 a 96, da Lei 4.320/64; art. 37, incisos II e IX da CF/88 e Lei Municipal n. 618/2015, que alterou a Lei Complementar nº 016/2014 e Lei municipal n. 618/2015, que alterou a Lei Complementar nº 016/2014 e institui o Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do SAAE-Parintins, o que configura ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, além de ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, que deverá ser recolhida e fixar prazo de 30 dias na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Considerar em Alcance ao Sr. Fermiliano de Souza Tavares – Diretor do Serviço de Água e Esgoto do Município de Parintins/AM, exercício financeiro de 2021, no valor de **R\$ 65.686,91** (sessenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e seis reais e noventa e um centavos), com fulcro no art. 304, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa em razão das restrições não sanadas na Restrição n. 9, itens “a” e “b” do Relatório Conclusivo de n. 312/2022 da DICAMI, (fls.



ACÓRDÃO Nº335/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

371/406), na esfera Municipal para o órgão Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins - SAAE,

10.4. Recomendar ao órgão de origem – Serviço de Água e Esgoto do Município de Parintins/AM, na pessoa do seu Diretor Sr. **Fermiliano de Souza Tavares**, ou a quem lhe faça as vezes, que:

10.4.1. Que Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins adote providências para implementação de Serviço de Controle Interno na entidade;

10.4.2. Que Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins adote providências para que as contratações realizadas pelo órgão sejam, de fato, acompanhadas e relatadas por fiscais de contratos, conforme art. 67, caput, e seu § 1º, da Lei 8.666/93;

10.4.3. Que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins adote as medidas cabíveis para a realização de Concurso Público para o provimento de cargos no Órgão;

10.5. Determinar ao órgão de origem – Serviço de Água e Esgoto do Município de Parintins/AM, que:

5.1. Que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins que **suspenda** imediatamente o pagamento de gratificações em desconformidade com o previsto no art. 10 da Lei nº 618/2015-PGMP;

5.2 Que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins adote providências no sentido de desliar os servidores efetivados por meio da lei Municipal nº 442/2009/PGMP, devendo encaminhar para este Tribunal no **prazo de 90 (noventa) dias** a comprovação do cumprimento da determinação;

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno para que officie ao responsável sobre o teor do Acórdão, acompanhando cópia do Relatório-voto para conhecimento;

10.7. Arquivar o processo, após cumpridas as formalidades legais.

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Março de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos,



ACÓRDÃO Nº335/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral